

A INTERAÇÃO ENTRE POLÍTICOS, REDES DE APOIO E EMPRESAS PRIVADAS NO BRASIL DE MEADOS DO SÉCULO XIX

Hernán Enrique Lara Sáez
Doutorando FFLCH-USP/bolsista FAPESP
hernansaez@usp.br

Resumo

Ao estudar o debate sobre a moeda e os bancos, em meados do século XIX, é possível encontrar uma correlação intrigante entre parlamentares e empresas privadas. Este fato sugere que os políticos brasileiros desta época não se limitavam simplesmente à aquisição de terras ou à vida pública, como se supôs em outros momentos, ao contrário, investiam também na compra de ações e exerciam funções na direção de empresas de modo que a condição de proprietário de terras e homens era apenas mais uma das facetas dos bem sucedidos representantes da nação. Esta percepção se amplia quando se realiza o cruzamento de nomes entre as instâncias decisórias e as empresas mercantis, através deste exercício é possível constatar uma intrincada rede de relações entre negociantes nacionais e estrangeiros, capitalistas e parlamentares que compreendia ligações de amizade, casamentos e laços parentais. Aparentemente, os legisladores encontravam nestes recintos espécies de antecâmaras para as discussões das quais participavam nas instâncias representativas. Assim, utilizavam-se de suas experiências e, possivelmente, das pressões e afinidades construídas na trajetória empresarial paralela como subsídio argumentativo em suas intervenções nas discussões influenciando a legislação a ser aprovada. Pondo atenção aos valores envolvidos na escolha das diretorias, uma vez que levavam em conta o montante financeiro investido e a relevância social dos possíveis candidatos é de se supor que parte importante das redes de apoio estava inserida nos bancos.

Busco destacar neste trabalho que os políticos se esforçavam para criar e recriar redes de apoio dentro e fora das instâncias políticas, primeiro para conseguir se eleger e depois para aprovar medidas e projetos entendidos tanto por eles como pelos seus apoiadores como necessários ou simplesmente para angariar simpatia e fazer mais estável sua carreira. Para a presente análise utilizei-me tanto de discursos emitidos por políticos nas discussões sobre a moeda e bancos na Câmara dos Deputados, objeto principal de meus estudos, debates nos quais se fizeram menções explícitas à multiplicidade de ocupações evidenciando a correspondência entre os nomes de políticos e das diretorias do Banco do Brasil e do Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro, as quais também consultei em diversos volumes do Almanak Laemmert. Na escolha das datas optei por abordar os anos de 1857 a 1860, o motivo principal desta preferência é que esta foi uma época marcada por intensas alterações dos temas em foco resultando no desgaste e queda de ministérios e na mudança das políticas econômicas do período. Esta comunicação faz parte de uma pesquisa mais ampla de doutorado que visa seguir os debates sobre o sistema monetário e bancário nas principais instâncias decisórias, entre os anos de 1850 e 1870. Trato de identificar elementos que tivessem força condicionar o posicionamento dos principais articuladores dos planos econômicos e a tramitação dos projetos que visavam ao saneamento do meio circulante que se apresentava como um problema candente para as autoridades monetárias da época.

Palavras-chave: Redes, políticos, Império.

Abstract

By studying the debate over currency and banks in the mid-nineteenth century, it is possible to find an intriguing correlation between legislators and private companies. This suggests that Brazilian politicians of this era were not limited simply to the acquisition of land or public life, as was believed at other times, in contrast, also invested in the purchase of shares and had functions in management so that the condition the landowner and men was just another facet of the successful representatives of the nation. This perception is amplified when there is a cross between the names of government and commercial companies, through this exercise you can see an intricate network of relationships between domestic and foreign merchants, capitalists and lawmakers, who included links of friendship, marriage and parental bonding . Apparently, legislators are species such premises vestibules for discussions which took part in representative bodies. Thus, they used their experiences and, possibly, pressure built on affinities and business trajectory parallel to subsidize their activities in argumentative discussions in influencing legislation to be enacted. Paying attention to the values involved in selecting directors, because took into consideration the amount invested financial and social relevance of the possible candidates, one would assume that an important part of support networks was inserted into the banks.

I seek to highlight in this job that the politicians were struggling to create and recreate support networks, inside and outside political circles, first to himself elected and then to adopt measures or projects understood by its supporters as necessary or simply to gain sympathy and make more stable your career. For this analysis I have used speeches delivered by politicians in discussions about coin and banks in Chamber of Deputies, main object of my studies, debates in which is made explicit references to the variety of occupations and showing the correspondence between names and the list of employees of Banco do Brazil and Banco Hipotecario and Rural of Rio de Janeiro, included in several volumes of Almanak Laemmert. In choosing the dates I concentrated between the years 1857 to 1860, the main reason for this preference is that this was an era marked by intense wrangling of the topics in focus resulting in wear and fall of ministries and changes of the economic policies of the period. This communication is part of a broader doctoral research that aims to follow the discussions on monetary and banking system in the government, between the years 1850 and 1870. I try to identify elements that had power to influence the positioning of the main organizers of the economic plans and conduct of projects aimed at the reorganization of the currency that was presented as a major problem for the monetary authorities of the time.

Keywords: Networks, politicians, Empire.

As redes de apoio

Alguns dos principais elementos com capacidade de interferência nos votos e, portanto, no resultado da definição das políticas públicas era a autoridade de alguns políticos. Ao que parece a tomada de posição de uma notabilidade e seu discurso podiam fornecer argumentos que facilitassem o alinhamento de simpatizantes ao dar-lhes subsídios sobre as falhas ou virtudes do projeto em votação. Desta forma, o embate poderia formar dois grupos que habitualmente recebiam os nomes de “oposição” e “situação” e na época muitas vezes foram chamados de maioria e minoria, podendo este último ser referido como oposição, vocábulo utilizado até mesmo como forma de desdenhá-la. Mas é preciso atentar que sob esse manto poderiam esconder-se diversas clivagens com idéias e ideais diferentes a justificar sua posição sobre o projeto.

Um fato com forte apelo foi a experiência comum entre aliados, suas lutas, decepções, rearticulações e estratégias foram apresentadas diversas vezes como fatores de união por parte de quem votava, mas isso não significava que era um fator plenamente determinante, como o caso ocorrido com Francisco Sales Torres Homem tão bem ilustrou. Apesar de compartilhar desilusões e vitórias ao lado de Bernardo de Souza Franco, o primeiro afirmou que não poderia acompanhar Franco em suas posições financeiras porque não concordava com sua corrente de pensamento, portanto, a despeito de ter um peso na opção do voto, o companheirismo também tinha limites. Para este trabalho pensa-se a rede de apoio como um amplo conjunto de relacionamentos formados tanto pelos casamentos como pela amizade. No caso político trata-se da formação de valores e práticas em comum, do auxílio mútuo e da convivência em instâncias diretivas públicas ou privadas que propiciavam experiências compartilhadas. É preciso considerar que o engajamento em uma rede propiciava a seus integrantes acesso a um amplo esquema de trocas e benesses em relação aos seus articuladores, que por sua vez necessitavam de apoiadores para firmarem-se como lideranças e conseguir suporte para seus intentos. Portanto, integrar uma rede significava ter oportunidades, mas isso não quer dizer que era um compromisso férreo e inelutável que impedia qualquer dissensão, afinal, não é impossível que para jovens promissores se oferecessem oportunidades variadas em diversos momentos de suas carreiras. Para compor um quadro mais aproximado sobre a questão partidária no século XIX em relação às questões do banco e da moeda é preciso abordar também os principais elementos que poderiam

influenciar as votações e, conseqüentemente, tiveram relevância na definição da questão econômica.

Desta forma, além da influência das notabilidades partidárias, outro elemento a ser considerado na determinação do voto era a rede de apoio. É preciso visualizá-la entendendo que parte dela provinha do parentesco e outra parte, aparentemente mais desconexa, de apoios que chamarei informalmente de ocasionais. Refiro-me a uma rede que se cria e se recria constantemente e que apesar de ter um núcleo mais coeso descortina novos aliados a cada rodada de discussões e votações conferindo ao processo político uma variação muito maior do que a divisão estrutural clássica entre liberais e conservadores. Por esse motivo não basta simplesmente identificar a declaração do voto ou a tendência expressa nos discursos dos deputados. Certamente, os estudos que se limitam apenas a estas constatações acabam por acentuar mais a impressão de absoluta falta de coerência nas votações. Para avançar nos meandros políticos é preciso buscar nos discursos, principalmente, seu fundamento. Assim torna-se mais fácil vislumbrar e compreender que um alinhamento ocasional pode esconder que parte dos políticos se opunha a um projeto por discordar da maneira como estava redigido ou por desentendimentos com o autor do projeto, por exemplo, enquanto outra parte se opunha por considerá-lo inconstitucional, como reiteradamente ocorreu nos temas financeiros.

A formação dessa rede estava inserida na própria lógica da política do século XIX. Jeffrey Needell, por exemplo, ao tratar da formação do Partido Conservador afirmou que os espaços para sua organização estavam localizados na magistratura, na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, na presidência dessa província e na Câmara. Nessa articulação seus principais líderes, Bernardo Pereira de Vasconcelos e Honório Hermeto Carneiro Leão, colocaram-se em contato com um importante grupo fluminense liderado por Joaquim José Rodrigues Torres. Entre eles a união se forjara através das práticas de indicação, eleição e casamento. Essa aproximação permitiu uma conexão destas notabilidades com grandes redes de famílias da baixada fluminense dedicadas ao cultivo de cana de açúcar e ao que tudo indica com forte presença na Assembléia Provincial. (NEDELL, 2009, p.9) Como se pode facilmente notar apesar destas considerações tratarem da formação de um dos partidos imperiais é possível perceber que era um mecanismo comum às várias regiões do Império, portanto, lograr acesso a cargos importantes era uma das formas pelas quais as redes de apoio se recriavam.

As famílias representavam um elemento-chave na organização das redes de apoio e talvez, no caso da política, tenha sido o mais seguro. Como indicou Richard Graham os conceitos de casa e família eram menos influenciados pelas diferenças regionais do que a

questão da escravidão e afetavam profundamente a natureza da política. A importância dessas instituições como unidades básicas da ordem política exige que se lance um olhar mais detido, especialmente por esses elementos culturais mostrarem-se particularmente resistentes às mudanças. (GRAHAM, 1997, p. 34) Conforme o mesmo autor indicou em outro trecho, as famílias representavam uma importante fonte de capital político, não só pela acumulação que faziam, mas pelos contatos que propiciavam nos mais diversos segmentos da sociedade.

Para ele os limites de uma família iam muito além do pai, da mãe e dos filhos e a proteção em troca da lealdade imposta pelos vínculos familiares estendia-se, primeiramente a uma ampla gama de relacionamentos consanguíneos, depois a um número igualmente grande de ligações matrimoniais. Embora mais tênues os laços daquilo que o autor chamou de parentesco ritual também se mostravam importantes, de tal forma que ser padrinho, afilhado, compadre ou comadre no Brasil envolvia obrigações religiosas e materiais que forjavam relações importantes de influência e autoridade. Todos esses laços familiares implicavam obrigações mútuas tanto nas eleições como depois, na garantia de cargos no governo, muitas vezes alguém se referia de forma figurada a um protegido como afilhado e a seu protetor como padrinho. (GRAHAM, 1997, p. 34) Os dois trechos são ilustrativos da relevância que os contatos familiares tinham no século XIX. É claro que se tratando das instâncias Legislativas outros elementos devem ser levados em consideração para que se compreenda as diversas configurações assumidas nas votações. Um dos mais importantes tratava-se do grau de experiência que cada um dos políticos tinha ao exercer o mandato, isso porque os mais experientes quando confrontados por seus pares conseguiam justificar as mudanças mais facilmente que os novatos.

Um episódio interessante que ressalta a abordagem utilizada neste trabalho foi o ódio com que o liberal, representante da província do Rio de Janeiro, Martinho Álvares da Silva Campos, respondeu às ofensas que se vinculavam sobre ele na imprensa orquestradas, em sua opinião, pelo seu desafeto o ministro dos Negócios Estrangeiros, José Maria da Silva Paranhos, visconde do Rio Branco. Esta passagem serve para realçar dois fenômenos característicos do período, em primeiro lugar como o meio político estava permeado pelas relações parentais, em segundo lugar, a possibilidade de mudança de opiniões políticas. O próprio visconde do Rio Branco mudara de posição política, militando no começo da carreira pelos liberais e mais tarde pelos conservadores.¹

¹ Sobre a carreira política de José Maria da Silva Paranhos, o visconde do Rio Branco (ABREU, 2004, p. 368).

Não sou deputado por ser primo de algum grande e respeitável homem de Estado. Não sou deputado porque fosse secretário do chefe de um grande partido, do qual ingratamente me separasse para fazer-me secretário, prestando a fiança exigida, de outro grande chefe do partido contrário. (Reclamações) Sr. Presidente, não continuarei neste assunto; sirva isto de primeira e última resposta à imprensa do Sr. ministro dos negócios estrangeiros. Positivamente da tribuna peço a S. Ex. que mande preparar contra mim os seus pasquins escritos pelos seus ratos molhados; mande imprimir os versos feitos por seus formosos ratos molhados, poetas, e versos que tem S. Ex. aplaudido, e de que tenho notícia.²

As reclamações após seu pronunciamento foram claramente expressões de reprovação à insinuação de que havia políticos sem habilidades que se aproveitavam exclusivamente das relações com parentes famosos para obter algum cargo público. O tom depreciativo dado não só ao expediente de benefício dos parentes como também da subserviência pela qual se manipulava a imprensa serve para entender as manifestações de repúdio que recebeu dos seus pares após o discurso, afinal, não era exclusividade do Ministro dos Estrangeiros a formação de redes de apoio parentais e nem a proximidade com a imprensa. Talvez por isso o deputado tenha se apressado em particularizar de tal forma o caso que dificultava a possibilidade de generalização das denúncias, esse era um recurso astuto uma vez que impedia que suas ofensas pudessem ser dirigidas a outros colegas.

A importância da formação de uma ampla rede de apoio também foi assinalada no estudo sobre o Conselho do Estado realizado por Maria Fernandes Martins, onde a autora busca demonstrar que é um equívoco considerar os políticos com assento nessa instância como pertencentes a um grupo isolado dedicado apenas à direção do país. Segundo ela, no contexto das redes de relacionamento, o capital e poder político de um indivíduo correspondiam não apenas ao seu *status*, mas igualmente à capacidade de oferecer e retribuir benefícios, em um amplo esquema de trocas cuja função estruturante verificava-se em um nível mais cotidiano das relações de poder. Na prática, consistia em aspectos informais a conviver com estruturas formais de ordenação política e social, transformando-se progressivamente em práticas marginais, na proporção em que se complexificava o aparelho de controle e administração do estado. As relações que essas redes retratam expõem uma estrutura social na qual a própria identidade individual ainda se encontrava fortemente vinculada a relações familiares e das redes sociais, o que fazia com que, com frequência, antes de homens públicos, fossem representantes dos interesses de grupos e famílias que os aproximaram do poder. Assim, a noção de rede complementar a compreensão do sentido que assume o termo elite pela consideração de que formavam grupos com identidades construídas a partir de suas relações, crenças e práticas políticas. (MARTINS, 2007, p. 95)

² Anais da Câmara dos Deputados. Sessão de 05/07/1859. pp. 30 e 31.

Proponho que para este trabalho se considere que ao mesmo tempo em que eram homens públicos também eram representantes de interesses particulares em uma amálgama tão singular, mutável e pessoal que dificilmente se conseguiria mensurá-las precisamente.

Tendo isso em mente fica mais fácil compreender uma passagem sobre o desentendimento de Nabuco de Araújo e Sérgio Teixeira de Macedo, quando este último era ministro do Império, gabinete do qual o primeiro também participava. A questão com Sérgio de Macedo versava sobre a indicação de um irmão de Nabuco para um lugar na Secretaria do Império, nomeação em que ambos parecem ter estado de acordo, mas que não efetuou. Segundo Nabuco, a colocação não era de forma alguma superior à capacidade do candidato que ocupava um lugar de igual categoria e maior responsabilidade no funcionalismo da província do Rio de Janeiro. Além disso, como poderia negar-se Nabuco de Araújo a sustentar essa pretensão e recomendar seu irmão como pessoa habilitada e digna? Faltar com esta consideração era abandonar um irmão em momento de necessidade. (NABUCO, 1936, p. 321) No entanto, o autor apressa-se em desmentir que seu pai deixara o ministério pelo malogro na indicação do irmão. De fato, é bem provável que seu desentendimento com o Gabinete estivesse muito além da perda de uma nomeação, entretanto, ter acesso a esses cargos significava constituir um importante prolongamento para sua rede de apoio e de certo que Nabuco de Araújo sabia que este impedimento comprometia, em alguma medida, a reorganização de sua base de apoio. Assim, apesar dos elementos evidenciados pelo próprio Joaquim Nabuco, ele prefere dar mais ênfase a outros desentendimentos para minimizar a postergação de nomeação do irmão.

Que dizer, então, de outro nome que também se destacou na defesa dos projetos de Francisco de Sales Torres Homem, em finais da década de 1850, cuja rede de apoio se articulava tanto pelo parentesco quanto pelas bem sucedidas alianças. A trajetória de Jerônimo José Teixeira Júnior, o visconde do Cruzeiro, é certamente invejável, ele foi um dos grandes artífices na formação das redes de apoio tão em voga na segunda metade do século XIX, logrou como poucos articular a rede de apoio familiar com suas bem sucedidas alianças. Herdeiro de grande fortuna, seu pai, Jerônimo José Teixeira, era um rico comerciante oriundo do Porto que se estabeleceu na Corte e casou com Ana Maria Netto Carneiro, a qual pertencia a um dos troncos da família dos Carneiro Leão com ramificações em Pernambuco, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Sua tia por parte de mãe, Maria Henriqueta Netto Carneiro casou-se com Honório Hermeto Carneiro Leão, futuro marquês do Paraná, portanto, este veio a ser seu tio, a quem visitava com frequência. Teixeira Júnior cursou a Faculdade de Direito em São Paulo, onde se formou em 1853, retornando ao Rio de Janeiro casou-se com sua prima, filha

do marquês do Paraná, tornando-se assim sobrinho-genro. Fosse só esta a biografia já deduzir-se-ia as imensas oportunidades com as quais ele se depararia.

No entanto, o futuro visconde do Cruzeiro não se deteve aí, esmerou-se em diversas frentes e atividades logrando ampliar a rede de apoio que seu sobrenome e sua fortuna lhe garantiam. Passou a figurar como capitalista no Almanak Laemmert, o que atestava ter grandes cabedais para suas negociações, segundo explicava o Dicionário Moraes. Também participou da fundação da Companhia de Navegação Niterói & Inhomirim e foi um dos diretores da Companhia Estrada de Ferro D. Pedro II, tornando-se, em 1859, seu vice-presidente. Pode ser encontrado como diretor do Banco do Brasil, do Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro, membro do Conselho fiscal do Banco Industrial e Mercantil do Rio de Janeiro, fiscal do Banco Comercial e Agrícola e provedor da Santa Casa de Misericórdia. Ao desempenhar essas funções relacionou-se e vinculou-se a homens de posições tão díspares como o Barão de Mauá e Francisco Sales Torres Homem.

Simultaneamente a esta extraordinária trajetória financeira também chama a atenção seu percurso político, em franca ascensão desde meados do século XIX. Começou como Deputado Provincial, em duas legislaturas a partir de 1854, depois passou à Câmara dos Deputados como representante da província do Rio de Janeiro, a partir de 1858, sendo reeleito na décima primeira, décima quarta e décima quinta legislaturas, exercendo a presidência dessa instância entre 1869 e 1872, posteriormente, em 1873, foi nomeado Senador. Desempenhou ainda as tarefas de Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em 1870, e depois de Conselheiro de Estado.

Não é de se estranhar, portanto, que ele tenha mantido contatos próximos com nada menos do que com o visconde de Itaboraí, visconde do Uruguai, marquês de Olinda, visconde de Abaeté, visconde de Inhomirim, visconde do Rio Branco, Nabuco de Araújo, visconde do Bom Retiro, Duque de Caxias, bem como com o conde de Baependi, de quem era primo, barão de Mauá, de quem era compadre, conde de São Clemente, barão do Tiete, Cristiano Ottoni, Rodrigo Augusto da Silva, Antônio Ferreira Viana, Francisco Otaviano e os irmãos Ribeiro de Andrada. Claro que esse talvez seja o caso mais bem sucedido da organização e ampliação das redes sociais de apoio apresentadas neste trabalho, no entanto, o que se pleiteia é assinalar que mesmo sem esta amplitude os demais políticos formavam suas malhas de contatos tendo como base suas trajetórias e suas ligações consangüíneas com vistas a ter uma vivência política mais estável.

Fica como exemplo esta incomparavelmente fluída teia de relações construídas por Jerônimo José Teixeira Júnior. É importante destacar que as diversas relações que construiu

em sua jornada não o fizeram sentir-se compelido a alinhar-se indefinidamente a qualquer um desses políticos. Como suposição fica o registro de que talvez a dificuldade na flexibilidade das posições políticas tenha sido uma característica mais marcante nas lideranças, justamente por seus esforços como articuladores em torno de alguma posição. Assim, nos políticos mais célebres a mudança de opiniões causava grande espanto como no caso de Zacarias de Góis e Vasconcelos. Quicá, por essa mudança ter sido tão alardeada, pensou-se que todos os Parlamentares estavam tão arraigadamente presos a posições partidárias estruturais que a alteração de apoio era tomada como uma espécie de violação de conduta, quando na realidade essa não era a regra, mas a exceção. Dessa forma, explicar-se-ia o fato de uma característica restrita aos líderes acabar sendo indiscriminadamente aplicada aos demais sem se confrontar essa pressuposição com o conjunto das posições assumidas em debate ou ao conteúdo de seus discursos.

Sociedades empresariais e beneméritas: alguns dos espaços de interação dos políticos em meados do século XIX

Apesar de todos os elementos apresentados até agora estarem intimamente imbricados com o interesse particular, esta parte busca indicar um tipo específico, a ligação direta ou indireta dos agentes públicos com o ramo empresarial. A dificuldade aqui não está apenas em encontrar o nexos, mas de encontrá-lo e entendê-lo como uma forma legítima desses representantes corresponderem aos diversos anseios dessas sociedades. Destarte, a grande questão está em descobrir em quais sociedades cada um deles estava inserido. A despeito do impulso de passar diretamente às sociedades mercantis, não se pode esquecer de mencionar que a primeira, e mais evidente, é a sociedade brasileira, afinal, tratavam-se de representantes da nação. No entanto, isso não significa que os parlamentares não tivessem outras atribuições e papéis e que de cada um deles nascesse uma compreensão específica sobre o impacto que as medidas debatidas nas instâncias decisórias teriam. Desse modo, é possível, por exemplo, encontrar alguns políticos que também desempenhavam funções de sócios ou diretores em estabelecimentos mercantis, sociedades pias, religiosas, etc, o que certamente transformava-lhes a visão. É o que se pode constatar no discurso de Pedro de Alcântara Machado, representante da província de Minas Gerais na décima legislatura, tanto no que diz respeito ao exercício do cargo, quanto ao apoio comum entre os banqueiros.

(...) tendo acontecido muitas vezes que nas horas em que o banco está fechado muitos capitalistas distintos, que tem casas bancárias, tem trocado as notas do Banco Agrícola, procurando por todos os modos dignos honrar essas notas; e visto que faço menção deste fato, aproveitarei a oportunidade para daqui, em nome de meus ilustres colegas daquela diretoria, dirigir a estes distintos e prestimosos banqueiros sinceros agradecimentos pelos relevantes serviços e valiosa coadjuvação que tem prestado ao Banco Agrícola.³

Mesmo quando não eram diretamente os políticos a exercê-los, ainda assim, não estariam imunes à suas influências, porque possivelmente parte de sua rede de apoio estava envolvida com essas empresas, portanto, é lícito supor que suas posturas nas discussões sofreriam algum tipo de interferência. As demandas às quais os políticos buscavam fazer frente, provavelmente, suscitavam considerações dos poderosos homens de negócio da mesma forma que de poderosos proprietários de terra e homens, eram levadas em conta. Suponho que não desproporcionalmente, de forma a ser o único elemento definidor do voto, mas como um poderoso componente de consideração. As questões sobre a moeda e os bancos forçosamente tratavam de compatibilizar os interesses gerais com os interesses desses homens chamados por vezes de capitalistas outras de particulares.

Curiosamente, estas categorias foram associadas em alguns trabalhos a considerações negativas, é o que se encontra, por exemplo, em Faoro. De acordo com ele o segundo reinado seria o paraíso dos comerciantes, entre os quais se incluíam os honestos e os especuladores prontos para aproveitar-se dos inocentes. No extremo oposto encontravam-se os agricultores ajoelhados e os industriais inovadores que serviam sem querer, aos homens de imaginação forrada de golpes, hábeis no convívio com os políticos e astutos nas empreitadas. (FAORO, 2008, p. 522) Do que se pode encontrar nos Anais da Câmara dos Deputados não era essa a visão que predominava na época, pelo contrário, geralmente os Legisladores se remetiam a eles com grande consideração, tratava-se de uma espécie de reconhecimento à relevância desses empreendedores no campo mercantil. (SÁEZ, 2010, p. 103)

Essa visão pejorativa sobre os comerciantes, provavelmente, está relacionada com a alegação de alguns políticos sobre os malefícios na ampliação do crédito e na construção da oposição agricultura, indústria e comércio. Um dos melhores exemplos disso se pode encontrar na exposição do deputado Joaquim Otávio Nébias, representante pela província de São Paulo na Câmara dos Deputados, em 1853. Seu pronunciamento explorava a primazia do comércio sobre as demais áreas da economia, não conseguia enxergá-las como áreas distintas de uma mesma economia, mas como três vias autônomas e conflitantes que resultariam em

³ Anais da Câmara dos Deputados. Sessão de 05/06/1858, p. 49.

políticas econômicas excludentes.⁴ Outra abordagem pode ser encontrada na argumentação de João Lustrosa da Cunha, 2º marquês de Paranaguá, representante da província do Piauí, quando indicava que a obrigação pretendida pelo Ministro da Fazenda de metalizar a totalidade dos fundos bancários, conseqüentemente forçando o fechamento dos bancos que não o fizessem, traria graves consequências para a agricultura e indústria, por se tratar de um projeto de restrição do crédito.⁵

Além do mais, a própria dedicação de alguns membros do Legislativo, ou de seus amigos, a essas atividades e investimentos já são indicativas de que a percepção geral sobre elas não poderia ser tão negativas a ponto de apartá-los dessas práticas nas sociedades mercantis ou beneméritas. Por uma questão de coerência com a argumentação, pela importância inequívoca do período entre 1857 e 1860 e, no limite, por ser um momento marcado em algumas leituras pela desagregação da política da Conciliação, a análise a seguir se aterá dentro do possível ao quadro de funcionários de alguns dos mais destacados bancos nessa ocasião. Destarte, caso se tome como ponto referencial o Banco do Brasil, sem contar a lista dos acionistas, encontrar-se-ão os seguintes nomes em sua diretoria: Joaquim José Rodrigues Torres, o visconde de Itaboraí, José Machado Coelho de Castro, como suplente na décima legislatura da Câmara dos Deputados com participação nos debates sobre a moeda, também foi presidente do Banco do Brasil. Diogo Duarte Silva, Deputado Constituinte, foi depois representante da Província de Santa Catarina da primeira à terceira Legislaturas Gerais. Teófilo Benedito Otoni – classificado como secretário da diretoria - foi Deputado Geral pela Província de Minas Gerais na quarta, sexta, sétima e décima primeira Legislaturas tornando-se depois Senador. José Carlos Mayrink, pai do primeiro visconde de Mayrink e de Francisco de Paula Mayrink que antes do fim do Império se dedicaria à atividade de banqueiro. João Henrique Ulrich, que também exerceu, em 1854, o cargo de presidente do Real Gabinete Português de Leitura.

Mais espantoso ainda é encontrar aí o nome de João José dos Reis, 1º conde de São Salvador de Matosinhos, cuja trajetória é impressionante. Começa com sua entrada, ainda na juventude, na carreira comercial, depois entrou em sociedade com o major Antônio José do Amaral, com cuja filha Reis se casou. A partir de então fundou uma casa comercial e prosperou, dentre suas atribuições contam-se passagens como Presidente da Companhia Brasileira de Navegação a Vapor, na direção do Banco Comercial do Rio de Janeiro, na fundação do Brazilian and Portuguese Bank, chamado depois de Bank of Rio de Janeiro, além

⁴ Anais da Câmara dos Deputados. Sessão de 21 de junho de 1853. pp. 265 e 266.

⁵ Anais da Câmara dos Deputados. Sessão de 1 de julho de 1859. p. 9.

de ter sido presidente honorário das Associações do Porto e Lisboa, diretor-secretário do Banco do Brasil e da Associação Comercial do Rio de Janeiro e fundar as companhias de seguros: Garantia, Confiança e Fidelidade e Companhia, Comércio e Lavoura. Envolveu-se também com instituições de caridade como o Asilo Profissional de Benemerência Portuguesa, da qual foi fundador no Rio de Janeiro, a Sociedade Portuguesa de Beneficência, da qual também foi presidente, a Sociedade Lusitana, em Montevideú, a Caixa de Socorro D. Pedro V, Albergues Nocturnos de Lisboa, a Oficina de São José, no Porto, além de envolver-se com a Comissão dos Hospitais criados no Rio de Janeiro para o combate à epidemia de febre amarela, em 1873, e na Comissão de socorro às vítimas das inundações de Portugal, em 1876.

Outro nome importante presente nos quadros do Banco do Brasil, apresentado como suplente, em 1857, e no ano seguinte como diretor foi o do comendador Militão Correia de Sá, cuja filha, Maria Joaquina, se casou com o filho do barão de Piabanha. Para não me estender demasiadamente num rol infindável de nomes citarei apenas outros três, que também fizeram parte dos quadros dessa instituição, são eles: João Manoel Pereira da Silva, político que teve grande presença na Câmara dos Deputados, e dos conselheiros Antônio Nicolau Tolentino e José Pedro Dias de Carvalho, este último chegou a ser Ministro da Fazenda em outras ocasiões.

Estes são apenas alguns dos nomes que se pode encontrar em uma extensa lista que apenas reafirmam a importância que a questão bancária tinha nas finanças do Império Brasileiro. Obviamente, por ser um estabelecimento criado pelo Governo com um objetivo específico de regular o sistema financeiro para se obter a estabilidade da economia, o Banco do Brasil suscita a possibilidade de ser visto como um locus privilegiado do poder e apenas por isso ser possível encontrar nele notabilidades como as mencionadas acima.

Para desfazer essa suposição abordarei outro estabelecimento, o Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro, tomando por base ainda os quadros de funcionários vigentes no mesmo período, em especial, seus diretores. Sobre o cargo de diretor Carlos Gabriel Guimarães destacou que a diretoria desse banco tinha uma peculiaridade importante, constava em seus estatutos que ele seria administrado por uma diretoria de cinco membros, contando-se com cinco suplentes, sendo que os acionistas de cinco ou mais ações podem votar e ser votados para os cargos de eleição do estabelecimento; mas não pode ser votado para diretor o que não possuir quarenta ações. Em outras palavras, somente os maiores acionistas poderiam ser os diretores, daí o fato de encontrar-se no quadro da primeira diretoria dessa instituição, em 1854, nomes como o do negociante José Pedro da Mota Saião (barão do Pilar), João Baptista Fonseca e Antônio Ribeiro Fernandes Forbes. (GUIMARÃES, 2007, p. 4)

A correlação estreita entre poder e finanças pessoais é um dado fundamental que corrobora a suposição de que os bancos eram grandes opções de investimento e de exercício de socialização unindo desta forma as possibilidades de encontros com a de realização de lucros. Há uma clara percepção nos políticos da época de que, no campo econômico, existiam figuras relevantes para a formulação das políticas econômicas que seriam determinadas por eles. Os capitalistas e comerciantes concorriam para o aumento da riqueza e para o crescimento da economia, legitimando assim a sua primazia com relação à massa do corpo social sem, no entanto, desvincularem-se dele. Em certa medida isto explicou o interesse genuíno no bem comum e nos esforços por alcançá-lo. Ao mesmo tempo permitiu que cada um dos agentes políticos vislumbrasse os benefícios recebidos pelos capitalistas através da fixação do valor do meio em circulação.⁶

É intrigante perceber a profunda semelhança entre o sistema eleitoral geral e a eleição das diretorias. Note-se que se tratava de sistemas que previam uma renda mínima tanto para se votar quanto para ser votado, ambos os sistemas baseavam-se na escolha de notáveis que se destacavam na condução de seus próprios negócios e que por isso eram os favoritos entre os demais interessados na condução da empresa e também passavam por eleições periódicas que testavam continuamente sua base de apoio. Deve-se lembrar que a eleição geral era, por excelência, o momento no qual os políticos se submetiam à vontade dos eleitores e poderiam ser reeleitos no caso de conseguirem convencê-los dos acertos nas opções realizadas durante seus mandatos. A dificuldade para os representantes estava no cuidado que deveriam ter ao escolher entre as distintas vontades expressas dentro do universo de eleitores que deveriam ser levadas em consideração, universo este que estava longe de compor um grupo homogêneo. No caso dos bancos as considerações versavam sobre um número menor de questões, em última instância tratava-se de obter cada vez mais dividendo para os acionistas, talvez por isso, de maneira geral, houvesse maior estabilidade entre os diretores.

No caso dos bancos as considerações versavam sobre um número menor de questões, em última instância tratava-se de obter cada vez mais dividendo para os acionistas, talvez por isso, de maneira geral, houvesse maior estabilidade entre os diretores. Mas isso não significa que não houvesse embates por opções diversas na condução dos assuntos empresariais, nem mesmo no Banco do Brasil, como demonstrou Thiago Gambi ao relatar uma divergência de opiniões entre seu presidente, o visconde de Itaboraí, e a assembleia geral dos acionistas. Tratava-se de nada menos do que uma representação contra o governo capitaneada por alguns

⁶ Anais da Câmara dos Deputados. Sessão de 29 de julho de 1845. p. 333.

diretores e motivada pelo plano restricionista de metalização do fundo. Itaboraí vetou essa representação, a manobra percebida pela oposição à proposta do ministro na Câmara dos Deputados e fortemente criticada. (GAMBI, 2010, p. 301)

Retomando os nomes que podem ser encontrados neste período no Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro estão:

Belarmino Ricardo de Siqueira, barão de São Gonçalo, fazendeiro e capitalista, atuou também como Deputado provincial pelo Rio de Janeiro, além de ser Oficial da Guarda Nacional, e nesse período, presidente nesta instituição bancária.

José Pedro da Mota Saião, barão do Pilar, negociante nacional que trabalhava com comércio de descontos e exerceu o cargo de secretário da diretoria.

Antônio Joaquim Dias Braga, negociante estrangeiro de importação e exportação, trabalhava com o comércio de comissão de café e era diretor neste banco.

Henrique de Almeida Regadas, classificado no Almanak Laemmert como capitalista, em 1858, figurou como suplente na diretoria e tem um percurso interessante. Casou-se com Feliciano Tibre, a sobrinha do barão de São Gonçalo, neste momento presidente desta instituição bancária. A família Tibre, por sua vez, também se fez presente no sistema bancário da época, o pai de Feliciano era Antônio Joaquim da Silva Tibre que exerceu o cargo de escriturário no Banco do Brasil, enquanto aquele que provavelmente era seu tio, José Carlos Tibre, simultaneamente trabalhou como escriturário no Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro.

Dr. Cândido José Cardoso, doutor em medicina pela faculdade do Rio de Janeiro, era também proprietário de terras e negociante matriculado, além de exercer o cargo de diretor do Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro.

Dr. Luiz Peixoto de Lacerda Werneck, ninguém menos do que o filho do barão de Pati de Alferes, participara da Assembleia Provincial do Rio de Janeiro na década de 1850, e envolveu-se com a construção da Estrada de Ferro D. Pedro II, onde também foi diretor. Nesta empresa compartilhou a diretoria com o comendador e desembargador Alexandre Joaquim de Siqueira, com breve passagem na Câmara dos Deputados na décima legislatura onde apoiou discretamente o Gabinete Olinda-Souza Franco. Na presidência da estrada de ferro encontrava-se Cristiano Benedito Otoni, que já fora representante por Minas Gerais na Câmara dos Deputados, em 1848, e que se destacaria por suas posições políticas na década de 1860, chegando a senador pela província do Espírito Santo. Concomitantemente à carreira de exerceu o cargo de professor de matemática, engenheiro e oficial da marinha, além de ser irmão de famoso diretor do Banco do Brasil.

João José de Souza Silva Rio, o secretário do banco que também atuou como tesoureiro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Indicação reforça a idéia de que muitos cargos tidos como secundários no quadro de empregados dos bancos escondem, na realidade, um tipo de trabalho mais minucioso e “especializado”, haja vista, desempenharem-se em uma sociedade escravista com um altíssimo índice de analfabetismo. Não é difícil que as funções exercidas nestas instituições possam ter colaborado para a progressão na carreira de muitos dos seus funcionários. O Banco do Brasil, por exemplo, parece ter sido uma via de passagem para muitos dos políticos que se envolveram com a questão do meio circulante como, por exemplo: João Duarte Lisboa Serra, barão de Mauá, Joaquim José Rodrigues Torres, Cândido Batista de Oliveira, etc.

Como segundo escriturário e, anos depois, como ajudante de Guarda-livros do Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro, um funcionário com sobrenome destacado, José Carlos Mayrink Filho. Parente próximo de um dos diretores do Banco do Brasil, José Carlos Mayrink, com quem provavelmente mantinha conversas sobre sua carreira.

Como suplente figurou, em 1858, José João da Cunha Teles, arrolado como negociante de grosso trato com atuação no Porto do Rio Grande, mas também como presidente da Câmara Municipal, tendo participado da produção e inauguração de uma estátua equestre de d. Pedro I em companhia de d. Pedro II, além do marquês de Caxias, presidente do Conselho de Ministros, o visconde de Abaeté, presidente do Senado, Antônio Pereira Pinto, primeiro secretário, servindo de presidente da Câmara dos Deputados, barão de Monserrate, presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Eusébio de Queiróz Coutinho Matoso Câmara, presidente da comissão encarregada de erigir a estátua e Luiz Rochet, o estatuário. (BERUTTE, 2008, p. 218)

Na suplência do cargo de diretor apareceu Hermenegildo Antônio Pinto, que pode ser encontrado na presidência da Sociedade Portuguesa de Beneficência, associação à qual doou as terras para a construção de um hospital, bem como no Gabinete Português de Leitura, onde atuou como Conselheiro ao lado de João Henrique Ulrich. José Peixoto de Faria Azevedo foi diretor do Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro em 1858 foi também presidente do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro de 1860 a 1866, sendo este cargo ocupado alguns anos depois por José Marcelino da Costa e Sá, o visconde de São Cristovão.

Em 1859, pode-se encontrar pelo menos três importantes figuras na suplência desse estabelecimento. Guilherme Pinto de Magalhães, que trabalhara anos antes como diretor da estrada que ligava Magé a Sapucaia, onde apresentou um Relatório sobre o andamento da obra cobrindo o período de 6 de março de 1848 a 31 de janeiro de 1845, depois reapresentado

ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rodrigo Pereira Felício, o visconde de São Mamede, que teve fortes ligações com a área comercial e Manoel Joaquim de Alves Machado, o futuro conde de Alves Machado, que fez fortuna trabalhando como negociante estrangeiro e comissário de café com escritório na Rua do Hospício, 26. Este último manteve fortes ligações com os produtores de café, é o que se pode encontrar em uma correspondência dirigida a Manoel Antônio Esteves, cafeicultor do Vale do Paraíba fluminense, destaque-se o altíssimo grau de intimidade e a referência a um montante que, a princípio, parecia corriqueiro para este negociante. (MATTOS, 2008)

Valença

Meu bom amigo e Sr^o

Confirmo a minha última em 28 do passado e acuso o recebimento de sua ordem da mesma data, que sacou sobre mim o favor de Poyares Lacerda e C^a, da quantia de 2:600\$000, que me foi apresentada em 5 do corrente e nessa data cumpro como verá do recibo junto, que lhe fica debitado em conta.

Como lhe havia dito em minha última de 28 do passado, fui no dia 1^o do corrente ao Colégio, buscar os seus dois caros filhos para mandar-lhes fazer as duas mudas de roupa preta, e os trouxe para esta sua casa aonde passarão os 2 dias, por serem dias santificados, e no dia 3 os levei ao Colégio aonde ficaram plenamente satisfeitos e durante o tempo que aqui passaram muito contentes e estão bem nutridos e declaro, que os achei com muito adiantamento tanto um como o outro; mas especialmente o Chico é um talento raro e pela carta junta por ele escrita a seu caro Pai, verá o meu amigo que ele tem sabido aproveitar bem o tempo e por tanto aceite os meus parabéns e da minha parte os queira apresentar a sua cara Sr^a por ter tão bons filhinhos.

Como sempre fico ao seu dispor, sendo com toda a estima.

De V S^a

Amigo

Manoel Joaquim Alves Machado.

O que chama a atenção nesta missiva é o fato de que as relações comerciais que ela apresentou estavam profundamente entrelaçadas às relações pessoais. A leitura de outras cartas entre comerciantes e cafeicultores não foge a este teor, claro que insinuam graus variados de proximidade, mas boa parte dá conta de que existia um caráter profundamente íntimo que permeavam os negócios, pelo menos no que diz respeito aos grandes comerciantes. Cuidar dos filhos, da escola, descontar letras, cuidar da movimentação contábil e colocar-se ao dispor do amigo eram atitudes indissociáveis da mercancia neste momento. É preciso lembrar que o termo *amigo* também foi encontrado nos discursos políticos de forma a aludir aos apoios recebidos nas votações. Outro vocábulo cheio de significado é o crédito, de todos os tipos, visto que estava essencialmente relacionado à reputação, autoridade e confiança dos homens envolvidos nas relações comerciais, por sua vez, todos esses atributos eram virtualmente abrangidos pelos diretores dos bancos. Esta identificação da honra e do renome social com as relações de crédito foram abordadas no trabalho da pesquisadora Maria Luiza

de Oliveira, ela abordou o crédito como um fenômeno mais amplo que implicava nas idéias de relações pessoais, autoridade, reputação e confiança. Ter acesso ao crédito estava diretamente relacionado à reputação, além de tratar-se de influência e qualidade da relação. (OLIVEIRA, 2003)

Caso se busque nos nomes que foram elencados alguma correlação com a origem e carreira de cada um deles só se poderá afirmar que ela é diversa e multifacetada, ou seja, a admissão ao grupo e instituições não se dava em um segmento exclusivo, talvez, com exceção das sociedades filantrópicas que tinham um traço peculiar como se verá adiante. Como se pode perceber nesta breve apresentação de nomes é possível encontrar: proprietários de terras, capitalistas, negociantes nacionais e estrangeiros, comissários, médicos, empresários dedicados à infraestrutura – com interesse cada vez mais estreito com as ferrovias - engenheiros, oficiais de alguma das armas, advogados, bem como escriturários e guarda-livros. Muitos deles dividindo seus afazeres com cargos oficiais em alguma instância governamental, ou seja, como político, a maior parte dos estrangeiros estava ligada a sociedades de benemerência e todos tinham conexões com um ou mais bancos. Quando se coloca atenção a esta variada rede de funções é difícil não atentar para a ligação com os nexos familiares em alguns casos, neles o comércio e o sistema bancário compunham parte da trajetória profissional dos jovens. Ao aproximar-se deste tipo de dinâmica pode-se entrever que a diversificação de atividades e investimentos geralmente assinalada para o final do século XIX já estava desenhada desde esta época.

Como se pode notar a família tinha um papel relevante e profundamente norteador com relação às atividades desempenhadas. Quer parte da rede de apoio familiar fosse formada por políticos ou não, em algum ponto dessa malha as duas pontas se encontrariam. Segundo Graham as famílias representavam importante fonte de capital político. Elas dedicavam-se principalmente a aumentar sua propriedade e, ao longo de várias gerações sucessivas, famílias bem-sucedidas acumularam recursos significativos! Os vínculos que levaram homens a cargos oficiais e ao domínio local constituíam parte importante desses recursos, foi através da política que muitas famílias lutaram para preservá-los, às vezes opondo-se umas às outras. (GRAHAM, 2007, p. 35)

No entanto, sua importância deve ser compreendida caso a caso, abandonando-se qualquer espécie de determinismo que prenda estas figuras a uma tradição que atravessasse gerações. Na realidade, ao admitir-se a multiplicidade de funções e papéis que essa sociedade apresentava aos indivíduos a suprema importância da profissão perde terreno para outras possibilidades. De tudo o que já se demonstrou resulta que é preciso levar em conta as

atividades além da profissão. Os documentos demonstram que os homens do século XIX exerciam diversas funções, daí o fato de não raro encontrar-se uma lista profusa de empregos que essas notabilidades desempenhavam na época, eram médicos ou advogados que também exerciam as funções de jornalistas, administradores, diretores, comerciantes, etc. A meu ver o equívoco está no procedimento de levar em conta apenas a profissão ou uma das ocupações apagando-se a importância dos demais empregos exercidos por eles. Como José Murilo de Carvalho afirmou os dados sobre a ocupação fornecidos pelas fontes apresentam uma característica desanimadora para o estudioso em busca de categorias bem definidas, mas que a seguir se revela crucial para entender a própria estrutura social da época. Trata-se da frequente ocorrência do fenômeno da ocupação múltipla, isto é, a mesma pessoa exercendo mais de uma ocupação. Se por um lado o fato requer o estabelecimento de critérios para a escolha de uma ocupação como sendo a mais importante para a análise, de outro revela a estreiteza e relativa simplicidade da estrutura ocupacional. A economia agrário-exportadora-escravista mostra um sistema bastante simplificado de divisão do trabalho em que, não só as alternativas ocupacionais eram poucas, como também insuficientes para isoladamente permitir a sobrevivência econômica dos indivíduos. (CARVALHO, 2003, p. 95)

Desta forma, ser diretor, suplente ou mesmo guarda-livros de um banco era apenas uma das tarefas desempenhadas por homens letrados em alturas diferentes de sua trajetória. Diga-se de passagem, a atividade de amanuense e guarda-livros, por vezes relegada ao segundo plano como funções subalternas, provavelmente, revelar-se-ia importante estágio na formação de dirigentes empresariais caso se acompanhassem mais detidamente suas trajetórias. Recorrendo ao estudo de Maria Luiza Oliveira é possível vislumbrar outro status para essas atribuições e reafirmar a importância social dos personagens que se trataram até agora, segundo esta autora, os inventários por ela analisados permitem concluir que existiam cinco grupos sociais bem delineados. Os dois estratos mais modestos eram os pobres, seguidos dos simples remediados, logo acima destes, na escala social, vinham os setores médios paulistanos, formavam o terceiro grupo que interessa a este trabalho composto por negociantes, funcionários públicos, guarda-livros e famílias que viviam de rendas, estes apresentavam maior estabilidade que os dois primeiros. A seguir, mais próximos ao topo da pirâmide social, encontravam-se aqueles que viviam de rendas, da profissão e dos serviços qualificados como advogados e médicos que exerciam sua profissão de cunho liberal, mas que concomitantemente investiam em casas de aluguel, por exemplo, ou membros com atividades como donos de lojas, os artesãos qualificados: como relojoeiros, fabricante de sapatos, armeiro e dois padeiros. O quinto grupo era o mais rico nesta sociedade os comerciantes com

sociedade, gente com rendas e com domínio das relações sociais. A característica deste grupo foi que o bem de raiz ganhava cada vez mais espaço quanto mais se aproximava o século XX. Assim, se levarmos em conta descrições como esta, a maior parte das atividades dos indivíduos arrolados no embrionário sistema bancário deste período eram desenvolvidas pelos estratos médios e altos da sociedade imperial. (OLIVEIRA, 2003, p. 71)

Não era incomum que estes homens tivessem ligações com os políticos, em muitos casos eram parentes de algum deles, em outros os próprios políticos que diversificaram seus interesses entrando em contato com outras ocupações. De modo algum isso significa que a profissão ou formação deixara de ter importância, apenas é preciso considerar que se a estadia nas instituições educacionais que lhes conferiu o grau de bacharel transformava-os, e acredito firmemente que de fato isso ocorria, a passagem ou convivência nestas outras instituições, sociedades ou clubes, também tinha o mesmo resultado. Do mesmo modo a negação tácita de qualquer importância do sentido de partido político, partidatismo ou das legendas recairia no mesmo problema, negar-se que políticos poderiam ser influenciados por estes aspectos. Para Graham, por exemplo, o sistema partidário facilitava a comunicação entre a elite política. O governo continuava sendo um arranjo entre amigos. Por não se dividir com demasiada rigidez em partidos distintos, eles podiam continuar a conversar para além das fronteiras partidárias, trazendo para o Gabinete informações essenciais para seu êxito. (GRAHAM, 1997, p. 220) De fato as divisões partidárias não eram mesmo rígidas, o que não quer dizer que alguns dos seus partidários não fossem radicais, de fato, o governo continuava um arranjo entre amigos, mas como os apoios eram fluídos e influenciados por muitos motivos práticos ou conjecturais fazia com que os donos do poder sentissem a situação mudando a cada quadra. Enfim, especialmente na discussão do meio circulante, não se tratava da ausência de partidos como muitas vezes alguns políticos enunciaram em momentos de calma, e depois desmentiriam em momentos de conflitos, mas sim a tentativa de consensos ultrapartidários, ainda que temporários, em algumas questões.

Nota-se neste contexto que a relevância das sociedades filantrópicas era tremenda se apresentar como um meio acessível para respaldar a ascensão social dos estrangeiros. Talvez essas duas associações beneméritas, Real Gabinete Português de Leitura e a Sociedade Portuguesa de Beneficência, tenham congregado os nomes mais destacados da comunidade de portugueses estabelecidos no Brasil e, quase certamente, seus sócios imigrantes estavam relacionados a atividades comerciais. Certamente, cada uma dessas instâncias propiciava a circulação de idéias, expressões e pressões, de reivindicações por parte dos poderosos negociantes que ao sair dos encontros promovidos por elas possivelmente voltavam a

encontrar-se nas reuniões de acionistas ou nas reuniões da diretoria dos bancos, estas mais abertas à participação de forasteiros que o sistema eleitoral. Assim, as questões política e financeira certamente perpassavam estas sociedades e empresas, é o que parecem atestar as relações de diretores dos bancos. Não se deve esquecer que muitos desses comerciantes não poderiam mesmo exercer um cargo público por serem estrangeiros, mas isso não os impedia de formarem redes de contatos e dessa forma conseguirem ter seus interesses atendidos pelas autoridades.

Todas estas conjecturas ganham maior materialidade quando coloca-se novamente a atenção em uma figura-chave, cujo discurso foi propositadamente deixado para ser mencionado a posteriori na questão dos elementos definidores do voto. Neste ponto é possível apreciar muito melhor a colocação que fez Jerônimo José Teixeira Júnior, o visconde do Cruzeiro, em 1859, quando apoiava a idéia da metalização dos fundos bancários.

Na tríplice posição que me acho em relação ao projeto que se discute, como representante da nação, habitante desta capital, e acionista de dois bancos a que se refere a medida, eu não hesito, senhores, em prestar-lhe a minha adesão, porque em todas essas relações julgo-a profícua quer ao interesse público, quer ao interesse particular desses estabelecimentos. Acionista desses bancos, eu tenho dependente deles uma parte de minha pequena fortuna; e entretanto desejo que seja adotada a medida em discussão, porque prefiro um dividendo menor, mas com a garantia de estabilidade do seu valor (Muito bem, muito bem), a um dividendo que, conquanto maior, em nada aumenta os meus recursos, em consequência da depreciação da moeda em que me é pago. (Apoiados) De que serve, senhores, (Oução! Oução!), que o banco dê um dividendo de mais de 10%, se os produtos que vou comprar estão depreciados, e exigem um emprego também maior? (Apoiados, muito bem!) Tal é o efeito desse aparente benefício, tão pernicioso em suas conseqüências, e que só serve para afetar a fortuna pública. (Muito bem! Muito bem!).⁷

Conclusão

Como se pode notar a formação e manutenção de redes de apoio sociais foi importantíssima para os políticos do século XIX. Era marca característica dos políticos mais célebres coordenarem imensas redes de apoio que se emaranhavam por diversas instâncias brasileiras. Como a política ainda estava imbuída de um espírito personalista com fortes traços de apadrinhamento estar inserido em uma boa rede se não era garantia contra qualquer contratempo, pelo menos, conferia mais oportunidades do que aqueles que não logravam inserir-se. De maneira geral a lógica era a mesma desde as pequenas redes até as maiores, no entanto, quando se enfoca a elite política e econômica é possível notar que os montantes transacionados eram consideravelmente maiores e os cargos ambicionados mais relevantes.

⁷ Anais da Câmara dos Deputados. Sessão de 08/07/1859. p. 74.

Ainda que não se queira utilizar a imagem de uma pirâmide na qual se contrasta uma base larga com uma ponta estreita demonstrando figurativamente a diminuição do número de pretendentes conforme se sobe na hierarquia social, o que nem sempre correspondia à realidade daí a existência da multiplicidade de funções. Neste caso, a outra figura que emergiria da análise das relações não foge completamente a esse “estreitamento”, a malha construída pelos parlamentares em meados do século XIX pode ser associada a uma teia, com seu núcleo mais concentrado e cantos mais dispersos, todos inseridos em um sistema maior formando, no entanto, micro conexões com redes de apoio particulares.

Como tratei de apontar nesta comunicação os políticos brasileiros exerceram simultaneamente diversos papéis em meados do século XIX. Esta constatação amplia de certa forma o perfil traçado anteriormente por parte da historiografia no qual se priorizava a condição de proprietário de terra e homens da qual se derivava uma série de conjecturas.⁸ A multiplicidade de ocupações provavelmente abriu espaço para que as percepções e vivências que os parlamentares tiveram em cada uma das sociedades mercantis ou beneméritas, como sócio ou diretor, servisse nos debates ocorridos no Poder Legislativo. Entretanto, é preciso reafirmar que não se trata de insinuar alguma espécie de imoralidade na junção entre o âmbito público e privado, como se poderia parecer aos valores atuais. Trata-se de identificar e entender a multiplicidade de papéis e de estímulos que os políticos tiveram em suas trajetórias que, no limite, era a concretização do nexos entre representante e representado, uma vez que parte dos acionistas e diretores provavelmente deveria ter renda suficiente para participar do processo eleitoral. Portanto, o esforço se concentra em identificar, partindo das declarações dos próprios legisladores, os espaços privilegiados das práticas políticas fora das instâncias governamentais. É da interação entre as instâncias públicas e privadas, na luta em defesa de interesses legítimos ditos públicos ou particulares, opiniões sobre assuntos em discussão nos centros decisórios que muitos políticos utilizavam-se de conhecimentos empíricos dos negócios para fundamentar mais veementemente seus apelos e afirmações frente aos seus colegas. Outra indicação interessante é que as experiências de aproximação e diversificação dos investimentos que se esboçaram neste período, 1857 a 1860, parecem ter se acentuado com o passar do tempo, pelo menos é o que demonstram alguns estudos em relação à correspondência entre poderosas famílias com ramificações na política e alguns tipos de investimentos. (SAES, 2002, p. 179)

⁸ Entre outros poderiam ser citados os seguintes trabalhos (PRADO JR., 2007) e (MATTOS, 2004).

A correlação estreita entre poder e finanças pessoais é um dado fundamental que corrobora a suposição de que os bancos, juntamente com as estradas de ferro, eram grandes opções de investimento e de exercício de socialização unindo desta forma as possibilidades de encontros com a de realização de lucros. Havia uma clara percepção nos políticos da época de que, no campo econômico, existiam figuras relevantes para a formulação das políticas econômicas que seriam determinadas por eles. Os capitalistas e comerciantes concorriam para o aumento da riqueza e para o crescimento da economia, legitimando assim a sua primazia com relação à massa do corpo social sem, no entanto, desvincularem-se dele. Em certa medida isto explicou o interesse genuíno no bem comum e nos esforços por alcançá-lo, conseqüentemente à atenção dada aos prósperos comerciantes. Ao mesmo tempo permitiu que cada um dos agentes políticos vislumbrasse os benefícios recebidos pelos capitalistas através da fixação do valor do meio em circulação.

Caso se busque nos nomes elencados alguma correlação com a origem e carreira só se pode afirmar que é diversa e multifacetada, ou seja, a admissão ao grupo e instituições não se dava em um segmento exclusivo. Como se pode perceber nesta apresentação de nomes é possível encontrar: proprietários de terras, capitalistas, negociantes nacionais e estrangeiros, comissários, médicos, empresários dedicados à infraestrutura – com interesse cada vez mais estreito com as ferrovias - engenheiros, oficiais de alguma das armas, advogados, bem como escriturários e guarda-livros. Muitos deles dividindo seus afazeres com cargos oficiais em alguma instância governamental, ou seja, como político. A maior parte dos estrangeiros estava ligada a sociedades de benemerência e todos tinham conexões com um ou mais bancos. Quando se coloca atenção a esta variada rede de funções é difícil não atentar para a ligação com os nexos familiares em alguns casos, neles o comércio e o sistema bancário compunham parte da trajetória profissional dos jovens. Como se pode notar a família tinha um papel relevante e profundamente norteador com relação às atividades desempenhadas, quer com parte da rede de apoio familiar fosse formada por políticos ou não, em algum ponto dessa malha as duas pontas se encontrariam.

É importante destacar a relevância das sociedades filantrópicas, elas se apresentavam como um meio acessível para respaldar a ascensão social dos estrangeiros. Talvez as duas associações beneméritas mais destacadas neste momento fossem o Real Gabinete Português de Leitura e a Sociedade Portuguesa de Beneficência, e é bem provável que elas tenham congregado os nomes mais destacados da comunidade de portugueses estabelecidos no Brasil. Quase certamente, seus sócios imigrantes estavam relacionados a atividades comerciais. Certamente, cada uma dessas instâncias propiciava a circulação de idéias, expressões e

pressões, de reivindicações por parte dos poderosos negociantes que ao sair dos encontros promovidos por elas possivelmente voltavam a encontrar-se nas reuniões de acionistas ou nas reuniões da diretoria dos bancos, estas mais abertas à participação de forasteiros que o sistema eleitoral. Assim, as questões política e financeira perpassavam estas sociedades e empresas, pelo menos é o que parecem indicar as relações de diretores dos bancos. Não se deve esquecer que muitos desses comerciantes não poderiam mesmo exercer um cargo público por serem estrangeiros, mas isso não os impedia de formarem redes de contatos e usufruírem de mecanismos de pressão e dessa forma conseguirem ter seus interesses atendidos pelas autoridades.

Bibliografia

ABREU, Eide Sandra de Azevedo de. *O evangelho do comércio universal. O desempenho de Tavares Bastos na Liga Progressista e no Partido Liberal (1861 - 1872)*. Tese de doutoramento defendida na Unicamp em 2004.

BERUTE, Gabriel Santos. “Vive do seu negócio” : o comércio de cabotagem da província do Rio grande de São Pedro do Sul e seus agentes (1803-1851). In.: Revista Eletrônica de História do Brasil. Vol. 10. nº 1 e 2, Jan- Dez, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2008.

GAMBI, Thiago Fontanelas Rosado. *O banco da Ordem: política e finanças no Império brasileiro (1853-66)*. Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor em Ciências. São Paulo, 2010.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *O Império e o crédito hipotecário na segunda metade do século XIX: os casos do Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro e do Banco Comercial e Agrícola na década de 1850*. In.: Textos do II Colóquio de História Agrária, 2007.

- MARTINS, Maria Fernanda. O Círculo dos grandes: Um estudo sobre política, elites e redes no segundo reinado a partir da trajetória do visconde do Cruzeiro (1854-1889). *Locus: Revista de História, Juiz de Fora*, v. 13, nº 1, p. 93-122, 2007.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. São Paulo, Hucitec, 2004.
- Morais Silva, Antônio. *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. Lisboa : Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira. 1789.
- NEDELL, Jeffrey D. Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação, 1831-1857. In. *Almanack Brasiliense*. São Paulo, nº10, p. 5-22, Nov. 2009, Fórum.
- Octaciano Nogueira e João Sereno Firmo. *Parlamentares do Império*. Obra comemorativa do sesquicentenário da instituição parlamentar no Brasil. Centro Gráfico do Senado Federal. Brasília. 1973.
- OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. *Relações sociais e experiência da urbanização. São Paulo, 1870-1900*. Tese apresentada ao programa de pós-graduação de História Social da Faculdade de Filosofia, letras e ciências humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor. São Paulo, junho de 2003.
- PRADO JR., Caio. *Evolução política do Brasil: colônia e império*. 21ª ed., São Paulo: Brasiliense, 2007.
- SAES, Flávio Azevedo Marques de. Estradas de ferro e a diversificação da atividade econômica na expansão cafeeira em Soa Paulo, 1870-1900. In. LAPA, José Roberto do Amaral; SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). *História Econômica da Independência e do Império*. 2ª, São Paulo: Hucitec/ Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/ Editora da Universidade de São Paulo/ Imprensa Oficial, 2002.
- SÁEZ, Hernán Enrique Lara, *Nas asas de Dédalo: um estudo sobre o meio circulante entre os anos de 1840 a 1853*. São Paulo, Humanitas, 2010.
- SISSON, Sébastien Auguste. *Galeria dos Brasileiros Ilustres*. Brasília. Senado Federal. 1999. Coleção Brasil 500 anos.